

Antonio Carlos Simoens da Silva, o catedrático sem cátedra¹

Cecilia de Oliveira Ewbank (UNIRIO/Rio de Janeiro)

Palavras chave: indigenismo, 20º Congresso Internacional de Americanistas, Museu Simoens da Silva

Nascido no Rio de Janeiro em 1871, Antonio Carlos Simoens da Silva formou-se em ciências jurídicas pela Faculdade de Direito de São Paulo, advogando na capital federal desde 1893. Cultivando interesses diversos, com a chegada do século XX e a vulgarização dos discursos de modernidade a ele atrelados, redefine a sua trajetória profissional se aproximando do meio científico. Data deste período o seu ingresso em diferentes sociedades científicas como a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (SGRJ), da qual se tornaria membro em 1902 passando a integrar, a partir de 1906, o seu Conselho Diretor e a Comissão Permanente de Estudos Americanistas² em um movimento indicativo do direcionamento dos seus estudos para as ciências antropológicas no que se refere aos ramos da Etnologia, da Etnografia e da Arqueologia. Por meio da participação em congressos nacionais e internacionais, do colecionismo e da publicação de artigos e livretos sobre a sua atuação no meio científico, Simoens da Silva lograria consolidar seu nome como antropólogo. As informações que compartilhamos a seguir derivam da pesquisa realizada para a minha tese de doutorado.

Atento às discussões sobre o americanismo e o indigenismo que movimentavam o meio científico no Brasil e no exterior, Simoens da Silva encampou pautas caras à Antropologia nacional e internacional nos diversos congressos em que participou. Inscrito como 2º secretário da Comissão de Antropologia e Etnografia no 1º Congresso Brasileiro de Geografia (CBG) realizado em 1909, no Rio de Janeiro, Simoens da Silva proferiu a conferência “Proteção aos índios e amparo aos seus artefatos e ossadas” (PRIMEIRO, 1909). Tema principal da Comissão, a questão indígena era uma oportunidade de apresentar suas críticas à saída de material científico do Brasil para o

¹ Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026).

² Compunham a Comissão Permanente de Estudos Americanistas em 1906: Antonio Carlos Simoens da Silva, Antonio Olyntho dos Santos Pires, Brazílio Machado, João Pires Farinha e José Américo dos Santos.

estrangeiro e à catequese dos indígenas, que via como essencial ao contato mediante fiscalização governamental³.

Desde o século XIX o grande número de expedições estrangeiras que vinham ao país coletar espécimes e artefatos, levando-os para seus países sem qualquer fiscalização do governo, era objeto de críticas de diversos cientistas. Com escassez de profissionais capacitados e de recursos para promover expedições a fim de aumentar suas coleções e garantir a conservação dos seus acervos, os museus nacionais se encontravam em desvantagem em relação às instituições de pesquisa estrangeiras. Como estudioso de Antropologia, colecionador, e expedicionário por conta própria, Simoens da Silva estava ciente dessas problemáticas e buscava propor alternativas à políticas nacionais com base no que observava da legislação vigente nos países que visitava, como deixa transparecer em um trecho do seu livro sobre a viagem aos Estados Unidos, publicado em 1932.

Lastimo que os nossos poderes publicos não facilitem os meios necessarios aos museus brasileiros para constantes explorações nessas e em outras necropoles indígenas, afim de enriquecel-os no tocante à nossa archeologia, que ainda está quasi toda por explorar. Nas Republicas Argentina e do Perú, os respectivos governos consentem nessas escavações, exclusivamente levadas a effeito pelo elemento scientifico estrangeiro, dentro dos seus territorios; mandando fiscalizal-as por funcçionarios competentes e fazendo observar o que determinam as leis patrias: a metade do material explorado fica pertencendo ao explorador e a outra metade ao paiz de origem. Dessa forma, enriquecem-se os museus desses paizes, sem dispendio para os seus cofres publicos. E, por que não fazer o Brasil o mesmo, quando as nossas leis amparam, da mesma forma, os thesouros encontrados no pais? (SILVA, 1932, p. 50) [grafia original]

A defesa de Simoens da Silva sobre a fiscalização de expedições científicas encampada pelo menos desde 1909, antecipa a criação do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil, fundado em 1933, e cujas disposições, pelo menos no

³ A discussão sobre a catequese ou civilização dos indígenas ganhara fôlego dois anos antes com a polêmica lançada pelo diretor do Museu Paulista, Ihering, acerca da extinção dos índios em São Paulo em nome do desenvolvimento e do progresso.

que tange o material antropológico, corresponde às disposições de metade metade mencionadas por ele⁴.

Naquele mesmo congresso, Simoens da Silva tomou parte na sessão solene para a instalação da Associação de Proteção e Auxílio aos Silvícolas do Brasil (ASSOCIAÇÃO, 1909, p. 5), articulada por Leolinda Daltro, que aclamou aqueles presentes como sócios fundadores da associação. A mobilização de diferentes esferas de poder na sociedade brasileira em prol da proteção dos indígenas, efetivada dois anos antes da criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), era um passo significativo no meio indigenista embora não garantisse a preservação dos costumes desses grupos.

A atenção do estudioso à pauta indigenista atravessa também a sua atividade colecionista. No artigo *A bem da etnografia brasileira*, publicado em 1912 no periódico *A Imprensa*, o autor, identificado como “A. Mor”, inicia o texto fazendo um contraponto entre as gestões do Museu Nacional e a do Museu Simoens da Silva, tido como “muito mais rico e interessante que alguns dos nossos museus oficiais” (TERCEIRO, 1911, p. 1). Apresentando Simoens da Silva como um “fanático” por assuntos de etnografia americana e um agente empenhado na campanha pela criação do SPI, afirma que o mesmo teria reconhecido no 3º CBG, realizado em 1911, que as iniciativas particulares contribuíam para o andamento da pesquisa científica no Brasil. Por esta época Simoens da Silva e o seu museu homônimo já eram reconhecidos como uma referência em assuntos etnográficos no Rio de Janeiro, haja vista a visita empreendida pelo expedicionário Octávio Fontoura com o objetivo de que o estudioso identificasse a “classe” de cinco indígenas trazidos com ele da sua expedição pelo Rio Xingu⁵. Acompanhados pelo general Thaumaturgo de Azevedo, da SGRJ, Virgílio Domingues, e por um índio Kaxinawá (Huni Kuin) dito civilizado, o grupo foi recebido em janeiro de 1914 na residência e museu dos Simoens da Silva, tendo este identificado os indígenas como pertencentes à etnia Bakairis⁶.

⁴ Sobre o Conselho de Fiscalização das Expedições, ver: GROUPIONI, Luís Donisete Benzi. Coleções e expedições vigiadas: os etnólogos no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e científicas no Brasil. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

⁵ Chefiada por Octávio Fontoura e comissionada pela Defesa da Borracha, a expedição Fontoura teve por objetivo estudar um projeto para uma estrada de penetração ao longo do Rio Xingu. Composta por nove integrantes, a saber: Octávio Fontoura; seu auxiliar, José Luiz de Figueiredo; dois homens “civilizados” e cinco indígenas Bakairis, partiu de Cuiabá em 14 de abril chegando a Belém em 29 de novembro de 1913.

⁶ Em 1908, Leolinda Daltro também teria levado à casa de Simoens da Silva dois indígenas Bororo.



Figura: Recepção aos integrantes da expedição Fontoura no Museu Simoens da Silva. No alto da escada, ao centro, Antonio Delphim Simoens da Silva e seu filho, Antonio Carlos, à direita. Na escada, à direita, integrantes da expedição e representantes da SGRJ e, à esquerda, indígenas identificados como Bakairis. Fonte: CLASSIFICAÇÃO de brasileiros. **O Malho**, Rio de Janeiro, 17 jan. 1914, ano 13, n. 592, p. 6.

Na fotografia da visita publicada na revista *O Malho*, sob o título *Classificação de brasileiros* (1914, p. 6), a disposição das pessoas na escada de acesso da residência demarca claramente a divisão evolucionista ali estabelecida entre os (auto)considerados civilizados e os “primitivos”, tal qual em um estudo de antropografia. Não obstante o epíteto de “brasileiros” indicar a reunião de pessoas que compartilham do pertencimento geográfico a uma mesma nação, o verbo “classificar” fraciona o grupo entre aqueles que detém o poder de classificar e aqueles que são submetidos à essa organização do mundo natural e às violências dela resultantes. Do lado esquerdo, alinhados na mesma posição e vestidos com um mesmo uniforme de cor clara, estão os indígenas identificados como Bakairis. Do lado oposto, posicionados de forma mais descontrainda, estão os demais, vestidos com ternos de cor escura, inclusive o indígena Kaxinawá “civilizado”. Antônio Delfim aparece no topo da escada entre o filho Antonio Carlos, à direita da fotografia, e Thaumaturgo de Azevedo. Assim como na imagem, havia um fosso entre a civilização e os indígenas.

Enquanto a política do Estado se interessava pela preservação dos indígenas em termos da “assimilação” pela cultura nacional na condição de camponeses, a Etnografia e os seus representantes se preocupavam com a preservação dos vestígios iconográficos, sonoros e tridimensionais de culturas tidas como em extinção na forma de coleções etnográficas e que, ao fim e ao cabo, constituíam um grande arquivo da alteridade nacional. A preocupação dos etnógrafos, aqui representados por Simoens da Silva, era sobre o legado indígena como testemunho da nacionalidade brasileira, e não sobre a *persona* do índio propriamente dita (GROUPIONI, 1998, p. 44). É dizer, enquanto patrimônio, considerando sua capacidade de evocar a ideia de nação a partir da atribuição a esses bens, de valores enquanto documento de processos e organizações diferenciados, como observou Maria Cecília Fonseca (2009, p. 41), bem como enquanto objeto de estudo para o desenvolvimento da Antropologia.

Essa percepção universalista e romântica do indígena construída ainda no Império como parte de um ideário nacionalista aparece nas duas memórias que o antropólogo amador publicou sobre os Krenak (1924) e os Kaingang (1930). Elaboradas a partir de visitas feitas pelo estudioso a esses grupos em 1918 e 1930, respectivamente, trazem observações sobre a índole e as características físicas dos indígenas se detendo, superficialmente, em aspectos caros à etnologia como a organização social do grupo, os tipos de artefatos e adereços utilizados, as interações com os “civilizados”, seja pelo comércio ou pela catequização, e uma relação de termos nos idiomas originários traduzidos para outros seis idiomas. Realizadas com mais de uma década de diferença, é perceptível no texto uma mudança na forma da narrativa que se torna mais impessoal e direta no segundo caso. É digno de nota a presença de fotografias dos indígenas feitas por outros antropólogos, além de outras com o autor posicionado entre os indígenas ou com itens adquiridos para a coleção do seu museu. Neste aspecto, se por um lado a vivência com os indígenas possibilitava a apreciação *in loco* das suas características, o colecionamento e a preservação no museu dos itens produzidos por eles também servia de fonte de estudo para Simoens da Silva e para outros estudiosos que visitavam a sua coleção, como Estevão Pinto, Thomaz Pompeu Sobrinho ou Carlos Studart Filho.

Dono do seu próprio museu e “Catedrático sem cátedra” (O CAÇADOR, 1945, p.9), como chegou a ser reconhecido, Simoens da Silva era autodidata em Antropologia em um movimento indicativo das restrições de acesso ao conhecimento então vigentes no país. O ensino da disciplina era então prerrogativa dos museus – com destaque para o

Museu Nacional – sendo introduzido nas universidades somente na década de 1930, embora com uma deficiência na parte prática quando comparado aqueles (EWBANK, 2017). Neste âmbito, Simoens da Silva defendeu no 3º Congresso Brasileiro de Geografia a criação, nos institutos superiores de ensino, de cadeiras de Etnografia, Antropologia e Arqueologia, estudos aos quais creditava o completo abandono pela ciência oficial e que deveriam, a seu ver, ser assumidos pelo Estado como ciência oficial para que lograssem se desenvolver de forma plena.

Outras medidas consideradas por Simoens da Silva como vantajosas para a divulgação e a apresentação da ciência antropológica seriam a criação de um anfiteatro aparelhado com lanterna de projeções e aparelho cinematográfico para conferências científicas; a publicação de uma revista especializada, custeada pelo Estado, e com premiações para as melhores obras apresentadas; a convocação de congressos científicos; e a criação de comissões etnográficas de exploração ao sertão brasileiro (A BEM, 1912, p. 7). Tais medidas eram particularmente interessantes para o colecionador afinal, embora tivesse um museu para chamar de seu, este não era vinculado a nenhum órgão do Estado, o que restringia as possibilidades de financiamento a publicações, conferências e expedições científicas financiados, em sua maioria, “às suas próprias custas”.

O afinamento de Simoens da Silva com a pauta indigenista se reflete na ampliação da sua participação em sociedades científicas, congressos e em viagens internacionais a partir da primeira década do século XX. O contato com profissionais do campo das ciências, sobretudo nos Congressos Internacionais Americanistas (CIA), identificados por Andrea Pegoraro como o principal evento científico para o estabelecimento de redes de intercâmbio entre cientistas americanos e europeus (PEGORARO, 2009, p. 243), bem como com as realidades culturais destes países, contribuiria para a ampliação da sua pauta e participação no que se refere à temática americanista.

Em 1910, no 17º CIA, em Buenos Aires, o estudioso participou como representante da SGRJ, da Sociedade de Geografia Fluminense e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, algumas das instituições científicas dedicadas às ciências naturais e imbricadas no processo de construção da nação. Se valendo da oportunidade para ampliar a divulgação de si e do seu museu, bem como a sua coleção, após o evento

se une a um grupo de diretores e profissionais de museus⁷ em uma excursão pela Bolívia e pelo Peru cujo objetivo era a “visita e estudo dos respectivos museus, cemitérios e ruínas pré-históricas, aldeamento de índios: seus hábitos, costumes, etc” (SILVA, 1911, p. 160). Como frisou Magalhães Júnior (1948, p. 1), para Simoens da Silva a oportunidade de viajar e de “trabalhar pelo Brasil” possibilitava a aquisição de novas “raridades” para o seu museu, suplantando a utilidade prática da sua participação em eventos científicos.

O acúmulo – e, em certa medida, o colecionamento – de títulos de sócio, representante ou membro correspondente de sociedades científicas nacionais e internacionais, além de representações oficiais, incrementavam o currículo do “arqueólogo” amador incorrendo na chancela do seu *status* como cientista e, por sua vez, da sua coleção como científica. Afinal, como pontuam Elsner e Cardinal (1997), o progresso representava a civilização e esta só podia existir por um processo de colecionamento de informações que fossem relevantes para esse fim. Por sua vez, também conferiam vantagens para a sua prática colecionista conquanto favorecessem a aquisição e a exportação de itens de diferentes procedências para o Brasil sem a necessidade de pagar direitos à aduana. Neste sentido, o apoio dado ao colecionador pelo Governo Federal, ainda que de forma indireta, era crucial para a conformação e projeção da sua personagem e da sua coleção.

A habilidade de Simoens da Silva em concatenar viagens, pesquisas e participações em congressos científicos nacionais e internacionais, atentando para a sua divulgação e sem descuidar da sua atuação como advogado e fundador de um museu, refletem o dinamismo da personagem. Ao mobilizar diferentes recursos em prol do seu reconhecimento como estudioso no meio científico e, ao se afirmar como fundador de um museu e, portanto, de um sistema de representação²³, propiciava um *álibi* ético e educacional²⁴ significativo para a construção social de sua *persona* e das subjetividades que lhe eram caras.

Neste aspecto, uma das estratégias encampadas por Simoens da Silva era o oferecimento de itens da sua coleção para instituições congêneres, frequentemente

⁷ Compuseram a excursão Franz Heger, secretário geral do Congresso e diretor da seção antropológica e etnográfica do Museu de Viena; Dr. Seler, diretor do Museu Etnográfico de Berlim; Salvador Debenedetti, vice diretor do Museu Etnográfico de Buenos Aires; Dr. Hule, Diretor do Museu de Lima; Arturo Posnansky, vice diretor do Museu de La Paz; Robert Lehmann-Nitsche, diretor da Seção de Antropologia do Museu de La Plata e lente de Antropologia da Faculdade de Filosofia de Buenos Aires.

acompanhadas de publicações de sua autoria como forma de atestado de autenticidade, era uma forma de perpetuar o seu nome e o do seu museu naqueles registros, funcionando ainda como um convite ao estabelecimento de trocas no sentido inverso. Neste aspecto, a assertiva sobre a posse da “escassez”, a saber, a de que o Museu Simoens da Silva era o único museu no Brasil ou na América do Sul a possuir tal tipo de exemplar (por exemplo, um pano totêmico adquirido no Alasca) situava o diretor da instituição em um posicionamento melhor para negociar trocas com seus pares, como bem salientou Andrea Pegoraro (2009, p. 245).

De fato, a sua disponibilidade em realizar viagens internacionais e o alcance da sua rede de intercâmbio tornava-o um elo relevante na rede de troca entre museus nacionais e internacionais, atuando como interlocutor dos diretores de diferentes museus estrangeiros e nacionais dedicados às disciplinas de ciências naturais sobre a viabilidade de realizar trocas de duplicatas⁸ reforçando o que Appadurai identifica como o caráter social, relacional e ativo do consumo (2008, p. 48). O intercâmbio internacional era então a forma mais prestigiosa de obter coleções e a sua efetivação dependia da visibilidade que a instituição solicitante detinha entre seus pares no âmbito nacional e internacional (PEGORARO, 2009, p. 231). Esta articulação em prol dos demais museus e instituições brasileiros, excedendo os próprios limites da sua coleção, reforça a importância de Simoens da Silva como correspondente internacional para as revistas e periódicos mas, sobretudo, para o meio científico. Como destacou María Elida Blasco (2011, p. 117), a amplitude e a complexidade do dispositivo de circulação de objetos eram o aspecto constitutivo e central do processo de abertura e funcionamento dos museus orientados para a História Natural.

Recorrente em estudos de autores nacionais e estrangeiros deste período (KEULLER, 2012, p. 103), o tema do sambaqui foi abordado por Simoens da Silva em duas palestras apresentadas no 25º CIA, realizado em La Plata, em novembro de 1932, e do qual participou como vice-presidente. Intituladas “O cemitério indígena de Ponte Nova (MG)” e “O sambaqui de Saquarema”, serviriam de mote para a publicação de duas reportagens sobre as explorações arqueológicas realizadas por ele nestas cidades. Ilustradas com os diferentes itens incorporados ao MSS (UM CEMITÉRIO; 1932; O

⁸ Em 1916 Simoens da Silva atuou como interlocutor de museus e instituições brasileiras, como o Museu Nacional, para a realização de permuta entre as instituições norte-americanas, American Museum of Natural History, Heye Museum e Peabody Museum e, canadenses, o Royal Ontario Museum of Archeology e o Provincial Museum de Ontario.

SAMBAQUI, 1932), reforçam a articulação do colecionador em prol da divulgação das suas pesquisas e, sobretudo, dos seus “achados”.

Embora o motivo originário das viagens empreendidas por Simoens da Silva fosse a representação em algum congresso, as atividades derivadas deles eram tão ou mais importantes para a ampliação da sua rede e da sua coleção, e para a sua legitimação acadêmica. Além da colaboração com periódicos locais, mediação de palestras junto à comunidade científica, aquisição e intercâmbio de itens, o estudioso aproveitava para assistir aulas em universidades e recolher informações sobre os lugares e as culturas para futuras publicações de livros. Neste aspecto, o trânsito de Simoens da Silva por universidades como as de Columbia, nos EUA, é um indicativo do reconhecimento do seu trabalho no meio acadêmico, bem como da amplitude da sua rede de sociabilidade. Ademais, a publicação de trabalhos que referendassem os achados tinham um peso importante neste circuito de intercâmbio, funcionando como garantidores de autenticidade (PEGORARO, 2009, p. 243-244).

A proeminência que Simoens da Silva vinha galgando no meio científico atrelado às facilidades econômicas e temporais que possuía para viajar, colocariam-no em outro nível de responsabilidade. Nomeado delegado especial da Cruz Vermelha parte, em 1918, para uma viagem de cinco meses pelos estados do Norte e do Nordeste do Brasil com a missão de organizar os comitês estaduais da associação⁹. Desta vez a viagem conciliava um outro propósito do pesquisador: a realização do 20º Congresso Internacional de Americanistas, previsto para ocorrer no Rio de Janeiro, em 1920. Nomeado 2º vice-presidente do Comitê organizador do congresso, Simoens da Silva, que já havia participado de pelo menos três das suas edições, aproveitava a viagem para formar os seus comitês estaduais – sobretudo com membros dos Institutos Históricos e Geográficos locais – e fazer a divulgação do evento em sessões nos institutos científicos, mobilizando as redes em prol da sua realização no Rio de Janeiro. Afinal, a realização no Brasil de um renomado congresso dedicado às ciências naturais era uma oportunidade única para colocar a Antropologia – e o Museu Simoens da Silva – na pauta da agenda científica do governo.

⁹ São visitados nove estados, a saber: Bahia, Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão e Pará.

É neste contexto que o colecionador aproveita uma conferência sobre etnologia brasileira realizada no Paraguai, em 1919, para estender a sua defesa do desenvolvimento dos estudos antropológicos e a adoção de medidas para a conservação do material de origem indígena para todos os países americanos (ETHNOLOGIA, 1919, p. 5). Se o pleito pela efetivação de medidas voltadas para a conservação de material arqueológico merece destaque¹⁰, a extensão do apelo do colecionador aos demais países americanos soa como uma tentativa de acionar um sentimento de comunidade em prol da realização do congresso no Rio de Janeiro. No mesmo ano, participaria do 6º Congresso Brasileiro de Geografia enquanto representante dos contumazes Instituto Histórico e Geográfico Fluminense, SGRJ e Arquivo Nacional, além de membro do comitê do 20º CIA e fundador do MSS. Enquanto a chancela de representante do referido congresso atestava o seu envolvimento com o mesmo, reforçando o convite para a participação dos ouvintes, a inclusão do MSS entre as suas representações oficiais afiançava a legalidade e a representatividade da sua atuação e da instituição que fundara no meio científico, sendo compreendido como símbolo do progresso para pessoas no exterior (CAMELINO, 2011, p. 143).



Figura: Medalha comemorativa do 20º Congresso Internacional de Americanistas. Acervo Instituto Histórico e Geográfico do Brasil.

¹⁰No Brasil a Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961 foi a primeira a dispor sobre a proteção do patrimônio arqueológico nacional.

Após quatro anos de mobilização o 20º CIA é finalmente realizado no Rio de Janeiro, entre os dias 20 e 30 de agosto de 1922. Junto com seus colegas da SGRJ, Thaumaturgo de Azevedo e Luiz Palmier, Simoens da Silva foi o principal articulador e defensor da sua realização na capital, assumindo a presidência do mesmo. Seu empenho na organização dos comitês estaduais do congresso articulados em visitas presenciais aos estados contribuiu para reunir um grande número de cientistas brasileiros e também estrangeiros, totalizando 965 membros inscritos de 24 países representados oficialmente (O MUSEU, 1927).

A virada para a década de 1930 marca um ponto de transição na vida do colecionador. A concretização do projeto do 20º CIA demarca o fim da fase mais ativa de Simoens da Silva na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro que, em 1924, se torna sócio benemérito. Neste mesmo ano interrompe as suas atividades como advogado, ganhando mais tempo para se dedicar às viagens, pesquisas, e ao seu museu. Ademais, suas empreitadas ao redor do mundo tinham lhe rendido bagagem suficiente para se dedicar a escrever novas compilações e memórias. Embora continue a participar de congressos direcionadas para a temática da Antropologia, a partir da segunda metade da década de 1920 suas atividades como estudioso passam a se concentrar na publicação de livretos e crônicas em periódicos.

No âmbito da Antropologia publicou as seguintes obras: Proteção aos índios e amparo aos seus artefatos e ossadas (1911), Viagem ethnographica da República Argentina à Bolívia (1911), Ethnogeographia da Bolívia (1911), Viagem lacustre ethnographica na Bolívia (1911), A bem da ethnographia brasileira e dos estudos americanistas (1913), Pontos de contato das civilizações prehistoricas do Brasil e da Argentina com a dos paizes da costa do Pacifico (1913), The Grindstones of the primitive inhabitants of Cabo Frio, Brazil (1917), A Tribu dos índios Crenaks (1924), Uma raríssima mó indígena (1924), L'Os des Incas dans la Prehistoire du Brésil (1926), O padre Cícero e a população do Nordeste (1927), Culturas e indústrias das ilhas do Hawaii (1930), A tribu Caingang: indios Bugres-Botocudos, estado de Santa Catarina (1930), Um enorme machado crescente, dos Indios do Brasil (1930), Une Moustiquaire des Indiens Guatós (1930), An ancient indian cemetery at Ponte Nova: prehistory of Minas Geraes (Brasil) (1932), El sambaqui de Saquarema (1932), Fragmentos de poesia

sertaneja (1934), Feiras Livres do Distrito Federal – hábitos e costumes populares (1936).

Merece destaque a publicação de dois livretos com temática folclórica, Fragmentos de poesia sertaneja (1934) e Feiras Livres do Distrito Federal – hábitos e costumes populares (1936). Organizados em forma de coletâneas, trazem trovas e ditos compilados por Simoens da Silva ao longo de décadas de andanças pelo Brasil. Perscrutador em tempo integral, o hábito de ir à feira era colocado em prática semanalmente e também nas suas viagens, onde os mercados populares eram um ponto de parada obrigatória para a observação dos costumes e a aquisição de novos objetos etnográficos. Colecionador de experiências, conciliava assim o útil ao agradável, providenciando ao mesmo tempo os insumos necessários para a sua alimentação bem como para as compilações (materiais e imateriais) etnográficas e folclóricas que garantiriam o lastro da sua memória e do seu museu. Entremeadas com relatos da sua trajetória de vida, a indicação do local, dos tipos, e da ocasião em que os mesmos foram proferidos, estas duas obras são registros significativos de uma memória do cancionista e dos hábitos populares.

Para finalizar este breve levantamento sobre a atuação de Simoens da Silva no meio científico, sobretudo no que diz respeito aos cruzamentos com a Antropologia, cabe mencionar os métodos aquisitivos utilizados por ele para a conformação da sua coleção. Se a variedade tipológica da sua coleção possibilitaram que se valesse da aquisição, da incorporação, da doação, da troca e da compra, no caso de itens e espécimes de história natural a incorporação por meio de coletas realizadas por ele compreende o volume mais significativo. No caso de Simoens da Silva esta abordagem fazia com que carecessem de documentos de procedência, como é o caso dos crânios e múmias de indígenas trazidos da sua viagem aos países andinos e expostos na conferência pública que realizou sobre eles em 1911. Crânios e múmias constavam então entre os itens de maior interesse para o estudo dos cientistas, sendo indicados nas orientações do Museu Nacional para colecionadores, publicadas em 1890, no que se refere ao envio de material ao museu (KEULLER, 2012, p. 100). Conforme as instruções, tais itens poderiam ser encontrados em cemitérios indígenas, grutas ou sambaquis, locais bastante explorados por Simoens da Silva em suas viagens.

Prática comum entre cientistas e expedicionários até meados do século XX, a profanação de túmulos e de sítios arqueológicos foi uma forma rápida e eficiente de engrandecer as coleções ocidentais em contextos onde não havia fiscalização do Estado e, em detrimento do consentimento ou respeito aos parentes e descendentes dos mortos. O que para uns era percebido como um roubo, para Simoens da Silva consistia na retirada de uma peça preciosa para fins científicos (SIMOENS, 1941, p. 14). Ao evocar um episódio ocorrido quando visitou o cemitério de Ancou, em Lima, na companhia de outros doze arqueólogos, diz que cada um se serviu "do crânio que entendeu" e, ao serem interpelados pela polícia justificaram sua atitude afirmando que cientistas não profanam ou roubam, mas sim escavam. Realizadas sobre o território do *outro* primitivo, as expedições tinham como objetivo principal o recolhimento de itens para a formação ou incremento das coleções.

Outro episódio polêmico ocorreu em sua passagem por Maceió, em outubro de 1936. Em visita ao IHG local Simoens da Silva furtou de uma vitrine um machado de granito e um adorno labial, sendo alcançado a tempo pelo responsável que o obrigou a devolver os itens. Feita sem resistência, a devolução foi justificada como um “defeito de colecionador” (NÃO, 1936), um impulso impreterível de incorporar bens à sua coleção mesmo quando eles já se encontravam incorporados a outras¹¹. No obituário do colecionador escrito por Magalhães Júnior mais de uma década depois, o autor defenderia a sua atitude neste episódio dizendo que o fato não desonrava a sua imagem, “apenas mostra a sua vocação incoercível de museólogo, que não se detém diante de nenhuma espécie de obstáculos”(UM TIPO, 1948). A seu ver, Simoens da Silva era uma espécie de herói aventureiro “capaz até de violar a lei pelo seu ideal de fundador de museu”(UM TIPO, 1948).

Descendente de uma elite oriunda dos quadros da monarquia, Simoens da Silva pode ser enquadrado entre aqueles que, no alvorecer da República, atuaram por meio do discurso cientificista para integrar o país nos termos do capitalismo internacional então nascente. A redefinição da sua trajetória profissional em busca de uma crescente participação no meio científico como forma de reconhecimento e validação do seu saber empírico, bem como da ampliação de sua rede de sociabilidade, apontam para a

¹¹O roubo de itens de outras coleções também foi identificado por Paulo Knauss (2001) no testamento de Jonathas Abbot.

manutenção do seu *status* de outrora sob a lente do cientista amador. Ao publicizar a sua atuação como homem de ciências por meio de congressos, conferências, publicações e notas em periódicos, Simoens da Silva alcançou reconhecimento pessoal e do seu museu no circuito de trocas de objetos e conhecimentos científicos no Brasil e no exterior. Atuante em um período em que a Antropologia estava em vias de institucionalização nos institutos superiores, Simoens da Silva buscou defender a proteção aos indígenas, a institucionalização da disciplina e um saber fazer museu a partir de um indivíduo, logrando reconhecimento no meio museal brasileiro.

Referências Bibliográficas

- A BEM da etnografia brasileira. A Imprensa, Rio de Janeiro, a. 9, n. 1941, 1 fev. 1912, p. 7.
- ASSOCIAÇÃO de proteção e auxílio aos silvícolas do Brasil. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, a. 19, n. 261, 15 set. 1909, p. 5.
- APPADURAI, Arjun. Mercadorias e a política de valor. In: APPADURAI, Arjun (Org.). A vida social das coisas. Niterói: EdUFF, 2008.
- BLASCO, María Elida. Transacciones, intercambios y circulación de objetos en el Museo Histórico y Colonial de La provincia de Buenos Aires (Argentina) durante la década de 1920 y 1930. In: LOPES, MM., & HEIZER, A., (Orgs.). Coleccionismos, práticas de campo e representações [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. Ciência & Sociedade collection.
- CAMELINO, María Nuñez. Formación de museos y colecciones a fines del siglo XIX en las provincias argentinas de entre ríos y corrientes. In: LOPES, MM., e HEIZER, A. (Orgs.). Coleccionismos, práticas de campo e representações [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. Ciência & Sociedade collection. p. 137-148.
- CLASSIFICAÇÃO de brasileiros. O Malho, Rio de Janeiro, ano 13, n. 592, 17 jan. 1914, p. 6.
- ELSNER, John; CARDINAL, Roger (Org.). The cultures of collecting. Londres: Reaktion Books, 1997.
- ETHNOLOGIA brasileira. Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, ano XLIV, n. 353, 22 dez. 1919, p. 5. JÚNIOR, R. Magalhães. Um tipo da cidade. Diário de Notícias, Rio de Janeiro, a. 9, n. 8.015, 09 dez. 1948. Segunda seção, p. 1.

EWBANK, Cecília de Oliveira. A parte que lhe cabe deste patrimônio: o projeto indigenista de Heloísa Alberto Torres para o Museu Nacional (1938 – 1955). 2017. 296 f. Dissertação (Mestrado em História Cultural) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009. 316 p. p. 41.

GROUPEL, Luís Donisete Benzi. Coleções e expedições vigiadas: os etnólogos no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e científicas no Brasil. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

JÚNIOR, Magalhães. Um tipo da cidade. Diário de Notícias, Rio de Janeiro, a. 9, n. 8.015, 09 dez. 1948. Segunda seção, p. 1.

KEULLER, Adriana Tavares do Amaral Martins. Os estudos físicos de antropologia no Museu Nacional do Rio de Janeiro: cientistas, objetos, idéias e instrumentos (1876-1939). São Paulo: Humanitas, 2012.

KNAUSS, Paulo. O cavalete e a paleta: a arte de colecionar no Brasil. Anais do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, vol. 33, 2001.

NÃO É defeito, é infelicidade.... A Nação, Rio de Janeiro, ano IV, n. 1.145, 02 out. 1936, p. 1.

O CAÇADOR de crânios humanos. O Cruzeiro, Rio de Janeiro, n. 13, 20 jan. 1945.

O MUSEU Simoens da Silva. Ilustração Brasileira, França, ano 8, n. 88, 01 jan. 1927, p. 29-35.

O SAMBAQUI de Saquarema. A Noite: suplemento: secção de rotogravura, Rio de Janeiro, ano 3, n. 142, 21 dez. 1932, p. 8.

PEGORARO, Andrea. Las colecciones del Museo Etnográfico de la Universidad de Buenos Aires: un episodio en la historia del americanismo en la Argentina 1890-1927. 2009. 448 p. Tesis (Doctorado en Filosofía y Letras) – Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2009.

PRIMEIRO Congresso Nacional de Geographia. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, ano 19, n. 253, 10 set. 1909, p. 6.

SIMOENS da Silva é um estudante. Diretrizes: política, economia e cultura, Rio de Janeiro, a. 4, n. 57, 24 jul. 1941, capa, p. 13-14.

SILVA, Antonio Carlos Simoens da. Viagem ethnographica da República Argentina à Bolívia – Primeira conferência pública na série organizada pela Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro, realizada pelo sócio Dr. Antonio Carlos Simoens da

Silva, a 5 de janeiro de 1911, no salão do Museu Commercial. Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, tomos XXII, XXIII, XXIV, anos 1909 – 1911a. p.160.

_____. The grindstones of the primitives inhabitants of Cabo Frio, Brazil. Proceedings of the second Pan american Scientific Congress. Section 1 – Anthropology. Washington: Government Printing Office, 1917, p. 179-184.

_____. A tribu dos indios Crenaks. Rio de Janeiro, 1924.

_____. A tribu Caingang: indios Bugres-Botocudos, estado de Santa Catarina. Rio de Janeiro: Officinas Alba grafficas, 1930.

_____. Viagens aos Estados Unidos da América, Columbia Britannica, Territorio do Alaska e Archipelago do Hawaaii: de 1914 a 1915-1915 a 1916-1928 a 1929. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1932.

TERCEIRO Congresso Brasileiro de Geographia. A Tribuna, Rio de Janeiro, a. 12, n. 4.512, 04 set. 1911, p. 1.

UM CEMITÉRIO de índios em Ponte Nova. A Noite: suplemento: secção de rotogravura, Rio de Janeiro, ano 3, n. 137, 16 nov. 1932, p. 24.